

Reforma agrária e o MST (Entrevista com João Pedro Stédile*)

LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER**

CM — A reforma agrária foi bastante discutida nos anos 60, voltou ao cenário político brasileiro nos anos 80, principalmente em 1985; a partir de 1995, atingiu grande repercussão na sociedade brasileira. Neste período, o país conheceu significativas mudanças sociais e econômicas. Em que isso altera o debate sobre a reforma agrária no Brasil?

Na década de 60, o debate em torno da reforma agrária reproduzia, de certa forma, o debate clássico sobre a questão agrária — que era de interpretar que a concentração da propriedade da terra representava um problema para o desenvolvimento do capitalismo no campo. As forças progressistas daquela época defendiam então a necessidade de uma reforma agrária como forma de desenvolver o mercado interno no Brasil e, por conseqüência, nos livrarmos das amarras do subdesenvolvimento. Hoje, o contexto é completamente diferente. O capitalismo se desenvolveu no campo, no conjunto do país; o país se industrializou e nós estamos em uma situação muito diversa daquela. Teria com isso terminado o problema agrário? Não.

O problema agrário não existe mais do ponto de vista clássico, de que a concentração da propriedade da terra seria um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo. No Brasil se desenvolveu um capitalismo do tipo dependente, baseado nas grandes extensões de terra, para produzir mercadorias para exportação. Desta forma, o capitalismo aqui desenvolvido casou-se perfeitamente com as grandes propriedades. Então, chegamos a

* João P. Stédile integra a Coordenação Nacional do Movimento Trabalhadores Sem-Terra (MST).

** Entrevista feita em julho de 1997, através de questões previamente submetidas ao entrevistado. Luiz A. C. Norder é doutorando na Unicamp.

uma situação em que, atualmente, não existe mais problema agrário para o capitalismo e para as elites dominantes, mas existe, sim, um problema agrário, que é muito mais complexo, que atinge as classes trabalhadoras e o povo em geral. Portanto, falar de reforma agrária hoje representa, sobretudo, defender a reorganização não só da propriedade, mas da produção agrícola e de casarmos a reforma com um novo modelo de desenvolvimento que, de fato, reorganize a economia, baseado nas necessidades da população, e não unicamente nas necessidades da acumulação de capital.

CM — Os agricultores familiares devem ter prioridade ou exclusividade na política agrícola governamental?

A política agrícola de um governo qualquer representa os instrumentos de política econômica, os instrumentos de política econômica, os instrumentos de poder político que o Estado tem em suas mãos para orientar a produção e, portanto, são instrumentos clássicos. Eu não acredito que devam ser dirigidos apenas a essa ou aquela categoria de agricultores, pequenos, médios ou grandes. A política agrícola, num sentido geral, deve estar organizada com os objetivos fundamentais de permitir o aumento da produção agrícola, o aumento da produtividade agrícola e buscar o que se chama de segurança alimentar, ou seja, abastecer toda a população brasileira com produtos com qualidade a preços acessíveis e de maneira permanente. Esse é o objetivo maior da política agrícola.

Evidentemente que a política agrícola, a partir deste objetivo maior, também deveria garantir uma renda mínima aos agricultores, sejam eles pequenos médios ou grandes, para que eles consigam continuar produzindo no setor agrícola e cumprir seu papel social dentro daquele objetivo maior. A política agrícola que o governo está implementado atualmente é uma política que marginaliza completamente a agricultura e não tem como objetivo principal a segurança alimentar. A política agrícola do governo Fernando Henrique se destina unicamente a acoplar o setor agrícola a um modelo de desenvolvimento que está completamente subordinado aos interesses do capital estrangeiro, do grande capital industrial e do capital financeiro.

CM — Qual deve ser a política do Estado para o setor patronal da agricultura?

A política agrícola do Estado para o setor patronal da agricultura não deve ser necessariamente “diferenciada” da política para os pequenos

agricultores. Evidentemente que, por produzirem em escala maior, os grandes agricultores vão ter um nível de acumulação maior mas, em termos gerais, eles também têm a função de garantir o aumento da produção. O Estado deve corrigir e evitar as distorções no sentido da exploração do trabalho assalariado e da superexploração que acontece hoje com os bóias-frias e com outros trabalhadores parceiros, meeiros, que estão subjugados pelo setor patronal. A fiscalização por parte do Estado e a regulação das relações sociais de produção na agricultura não dizem respeito à política agrícola mas, sim, à política social em geral que o Estado tenha com os trabalhadores de maneira geral.

CM — Reforma agrária é sinônimo de implementação de assentamentos?

O que ocorre no governo Fernando Henrique Cardoso não é uma reforma agrária nem do tipo clássico capitalista, nem do tipo reformista, que viesse resolver amplamente os problemas sociais. A reforma agrária do atual governo é apenas uma solução pontual, localizada, para resolver alguns conflitos sociais que eventualmente se transformam em problemas políticos para o governo. Nesta perspectiva os assentamentos se transformam em sinônimo da reforma agrária na propaganda do governo. A reforma agrária proposta pelo MST de forma alguma é sinônimo de assentamentos.

Uma reforma agrária ampla, como nós sonhamos, deve, em primeiro lugar, atender e resolver a complexidade do problema agrário que existe em nossa sociedade. Deve, assim, de maneira abrangente, eliminar o latifúndio, ou seja, desapropriar todas as grandes propriedades improdutivas, como forma contundente, rápida e ampla de distribuir a propriedade da terra. Mas ela deve vir casada também com medidas concretas que reorganizem a produção agrícola voltando-a para o mercado interno; ao mesmo tempo, é preciso combater o oligopólio que se implantou no país e que controla o comércio dos produtos agrícolas e a agroindustrialização. Esta seria a segunda característica de uma reforma agrária no Brasil, ao democratizar e descentralizar também o processo de agroindústria e de comercialização agrícola. O terceiro elemento: ela deve vir casada com um novo modelo tecnológico aplicado à agricultura. O atual modelo é apenas consumista dos insumos industriais produzidos pelas multinacionais, além de ser predatório dos nossos recursos naturais, da conservação dos solos e de outros elementos. A quarta característica da nossa reforma agrária: ela precisa vir casada com a democratização e,

portanto, do acesso em massa dos trabalhadores rurais à educação formal. O conhecimento hoje é tão importante quanto ter terra — é um fator fundamental para que esses enormes contingentes de trabalhadores atualmente excluídos possam, de fato, ser partícipes e cidadãos de uma sociedade moderna que depende cada vez mais do conhecimento científico. O último componente da reforma agrária que sonhamos é que ela venha associada a um processo de desenvolvimento harmônico e homogêneo do meio rural, procurando levar para aí modernização mas, ao mesmo tempo, combatendo o êxodo rural, fazendo com que as regiões do interior de nosso país possam se desenvolver da mesma forma que os centros urbanos.

CM — O governo apresentou um custo de 40 mil dólares para o assentamento de cada família. Metade disso representava o custo da terra. A outra metade seria formada pela infra-estrutura social e produtiva nos projetos. Por que o valor das desapropriações e indenizações das benfeitorias apresentado pelo governo é tão elevado ?

O governo apresentou, para efeito de propaganda, uma desculpa, na verdade uma grande mentira: que o custo de assentamento de uma família no Brasil seria 40 mil dólares. Isso é uma vergonha. Os próprios cálculos feitos pelo Incra, com base no custo real dos últimos anos, chegaram a uma cifra média nacional para uma família assentada que gira em torno de 30 mil reais, sendo que destes, 23 mil seriam concedidos a título de empréstimo. Portanto, a família de agricultores assentada devolverá esse valor na forma de pagamentos aos cofres públicos ou ao Banco do Brasil. Apenas 7 mil reais por família seriam “a fundo perdido”, o que pode ser encarado como investimento, como os que o governo faz em estradas, luz elétrica, escolas, etc. Não se trata, pois, de uma regalia que o Estado estaria estendendo a essas famílias. Em nossa opinião, o governo fez a propaganda sobre o custo de 40 mil dólares apenas como forma de jogar a opinião pública contra o MST, querendo demonstrar que as reivindicações do movimento seriam absurdas ou que implicariam um alto custo social para resolvê-las.

CM — MST fiscaliza de alguma forma, os gastos do Estado para indenizar os desapropriados?

De maneira geral, nós procuramos acompanhar quais são os valores que são pagos aos fazendeiros desapropriados. Sempre que desconfiamos que há alguma maracutaia envolvendo funcionários do Incra ou os próprios

funcionários do Judiciário, nós obviamente denunciámos à imprensa e, em geral, todas as denúncias que nós fizemos o Incra se compromete a investigar. Dezenas de casos tiveram as indenizações revisadas ou simplesmente canceladas. A última medida provisória que o governo baixou estabelece novos critérios para os procedimentos de desapropriação, uma reivindicação antiga do movimento sindical e do MST. Acreditamos que isso possa contribuir para evitar que se continue indenizando com valores descabidos.

CM — Até o ano passado, o MST recusava-se a participar de conselhos, comissões e fóruns governamentais. Está ocorrendo uma reavaliação disso no MST?

O MST nunca se recusou a participar de negociações com o governo. Ao contrário, é da natureza de um movimento popular impulsionar lutas, pressionar, mobilizar como medida de pressão para então negociar com o Estado numa posição de maior poder político e conquistar, com maior rapidez, suas reivindicações. E é isso que nós temos feito durante os quinze anos do MST. Quais são nossas observações a este respeito? Primeiro: criticamos quem costuma negociar sem pressão, sem mobilização, porque seria um processo de negociação sem força política; com isso o governo e o Estado teriam todas as vantagens para evitar as conquistas sociais. O segundo aspecto é que nos recusamos a participar de conselhos e comissões porque achamos que é apenas uma armadilha do Estado. No Brasil, existe uma cultura do serviço público de forma tal que quando não se quer resolver um problema político, cria-se uma comissão, que leva a um “reunismo” ineficaz, que apenas enrola os trabalhadores e não resolve efetivamente os seus problemas. Por isso nós nos recusamos a participar deste tipo de conselhos e de comissões governamentais que, a rigor, não levam a absolutamente a nada. Se fosse apenas para debater idéias existem outras formas mais efetivas como atividades nas universidades, entrevistas para revistas como a *Crítica Marxista* ou qualquer outro espaço público. Não precisamos provar que somos democratas nem precisamos defender nossas idéias em fóruns governamentais. Governo existe para executar, para tomar medidas concretas, e não para ficar debatendo o sexo dos anjos.

CM — Existem propostas do governo para que algumas políticas públicas venham a ser gerenciadas por conselhos municipais, agregando uma pluralidade de organizações da sociedade civil, como por exemplo, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar) e mesmo o sistema de saúde. Qual sua avaliação sobre estas propostas?

O governo sempre apresenta a proposta de municipalizar suas medidas e criar conselhos municipais para qualquer coisa. Aparentemente é uma medida salutar, democrática, porque criaria mecanismos mais próximos da comunidade. No entanto, como a natureza do atual governo é claramente antidemocrática e antipopular, fica evidente que estas propostas de políticas públicas que sugerem a criação de conselhos municipais, na verdade, têm servido unicamente como forma de empurrar com a barriga os problemas. Ou seja, os municípios não têm recursos, não têm força política, não têm abrangência social suficiente. Em outros casos, muitos governos estaduais têm utilizado estas esferas de conselhos municipais unicamente como instrumentos de cooptação política das lideranças populares, ou, pior ainda, como instrumento de propaganda eleitoral visando transformar estas medidas em votos a favor do governo. Para não soar como propaganda ideológica de minha parte, gostaria de citar fatos como exemplo: o governo do Ceará há muito tempo vem desenvolvendo esta prática de criar conselho municipal para tudo. No entanto, o único objetivo é cooptar as lideranças populares e criar mecanismos permanentes de um novo curral eleitoral, em que o governo do Estado apenas repassa recursos se estes conselhos municipais apoiarem o governo. Assim se forma uma estrada de via dupla em que o governo valoriza os conselhos municipais sempre que estes se transformem em “puxa-sacos” do governo.

CM — A criação de uma Justiça agrária poderia agilizar o processo de reforma agrária?

O problema da reforma agrária não está numa Justiça agrária. A rigor, o Poder Judiciário no Brasil sempre funcionou como correia de transmissão do Executivo. Portanto, seria uma ilusão imaginarmos que apenas a criação de uma vara agrária iria resolver o problema. O que resolve o problema da reforma agrária é criar uma correlação de forças política favorável aos trabalhadores. Obviamente que todos os instrumentos do Estado, seja o poder Executivo ou o Judiciário passarão então a atuar em favor dos trabalhadores independentemente da forma. Nós do MST nunca perdemos tempo discutindo se é criando uma vara agrária ou outro tipo de instrumento semelhante que se poderia acelerar a reforma agrária.

CM — Lideranças do MST respondem a processos na Justiça muitas vezes com nítidas conotações políticas, como é o caso do recente

juízo de José Rainha, em Pedro Canário (ES). Existem muitas outras acusações desse tipo contra lideranças do MST? O Poder Judiciário brasileiro reflete uma correlação de forças políticas e sociais no Estado e na sociedade.

Hoje, e sempre foi assim, o Poder Judiciário brasileiro segue a vontade das elites. E quando as elites querem, podem usar o Judiciário como forma de acelerar ou barrar a reforma agrária. E de certa maneira isso vem acontecendo recentemente com o Poder Judiciário brasileiro. Conforme a tática do governo federal, em determinados momentos, ele pressiona o MST com maior intensidade e aí usa o Judiciário contra nós. Por outro lado, nos momentos em que o governo quer dar uma demonstração de que está acelerando a reforma agrária, afrouxa mais a pressão do Judiciário sobre nós. E o andar dos processos segue o mesmo vaivém, de acordo com a tática do governo. Neste momento, segundo nosso departamento jurídico, devem existir cerca de 150 processos em curso contra lideranças do MST. São processos de todo tipo, desde aquele a que pessoalmente estou respondendo, no Rio de Janeiro, cuja acusação é de uso dos meios de comunicação para a incitação ao crime (segundo a interpretação deles, eu teria estimulado ocupações de terrenos baldios na cidade), até o caso do José Rainha, que foi incluído, sem nenhuma prova, num processo de homicídio. Então, dependendo de como vai a luta pela reforma agrária, aumentam ou diminuem os processos contra as lideranças do movimento.

CM — Com relação à questão agrária, o Estado atua apenas a reboque dos movimentos sociais organizados?

Afirmar que o Estado vai a reboque dos movimentos sociais seria simplificar a luta de classes. Mas é evidente que, na luta pela reforma agrária, o governo só faz desapropriação e implementa assentamentos quando há pressão social. Essa pressão social pode ser localizada, pode ser feita por movimento que reúna massas de trabalhadores, como o MST, ou por algum outro tipo de pressão. Às vezes, até uma pressão da opinião pública internacional consegue resolver algum problema concreto. Basta lembrar o caso da demarcação da reserva dos índios ianomâmis. Para que fosse resolvido aquele problema houve mais uma pressão da opinião pública internacional do que uma pressão interna. A natureza da luta política é sempre em torno da forma de pressão que os grupos sociais que vivem em nossa sociedade realizam. E é em torno destas pressões, sejam das classes dominantes, sejam das classes oprimidas, que o Estado atua.

CM — Há uma precariedade na infra-estrutura dos assentamentos, uma lentidão muito grande em seu encaminhamento, mostrando que o Estado não “completa” os projetos de reforma agrária com uma política de desenvolvimento rural e social (eletrificação, saúde, educação, tecnificação da produção, etc.). Ainda assim os resultados demonstram ser favoráveis à reforma agrária?

Os resultados dos assentamentos são impressionantes, embora o governo assente as famílias em terras muitas vezes impróprias e não conceda toda a assistência necessária, mesmo assim, as várias pesquisas realizadas nos assentamentos, algumas localizadas, outras por amostragem e outras como o censo, realizado pelas universidades brasileiras, comprovam as duas teses que o MST defende: a primeira, que, por mais dificuldades que o assentado experimente, hoje ele vive em condições muito melhores que antes. Embora num assentamento pobre, ele resolve problemas fundamentais — tem a terra para trabalhar, não passa fome (ninguém passa fome em assentamento), acaba o problema da moradia (pois ele consegue construir sua casinha) e da educação para os filhos (em todos assentamentos há escola). Evidentemente que com isso não está se resolvendo o problema do desenvolvimento e do aumento permanente da renda. Segunda tese que defendemos: em todas situações de assentamento, as áreas cultivadas produzem, duas, três, cinco, dez vezes mais do que quando estavam na condição de latifúndio. Portanto, por mais que se faça uma avaliação crítica, por mais que o Estado esteja ausente, e por mais que a política agrícola não favoreça o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos, apesar de tudo isso ainda os assentamentos são uma resposta política e social suficiente para tirar os trabalhadores da miséria e conseguir colocá-los num patamar de melhorias das condições de vida; e conseguem também recolocar à disposição da sociedade brasileira enormes extensões de terra que estavam improdutivas ou não cumprindo nenhuma função social

Agora, na forma de assentamento, consegue-se incorporar estas terras à produção ao contrário do que ocorria com o latifúndio, quando eram mal-utilizadas, serviam à especulação imobiliária ou simplesmente aumentavam a acumulação de um latifúndiário que nem morava na área.

CM — Você conhece algum assentamento que tenha recebido todos aqueles benefícios que, de acordo com o governo, custam 20 mil dólares?

Evidentemente que o governo até hoje nunca teve um projeto de viabilização dos assentamentos. Nos poucos assentamentos em que há

um investimento público maior, eles foram resultado unicamente da luta dos trabalhadores e da própria organização das comunidades.

CM — Existe algum processo de “diferenciação” nos assentamentos?

É claro que existe um processo de diferenciação econômica e social, por várias razões. Primeiro porque as próprias áreas em que são realizados os assentamentos são diferentes. Existem muitas áreas longe de mercados, terras não-férteis, enfim, a diferenciação da base econômica sobre a qual se faz um assentamento é muito grande desde o sul do Brasil até o Nordeste. Existe uma segunda diferenciação que é originária da própria composição social das famílias. O patrimônio cultural e de tradição agrícola que as famílias possuem. E terceiro, existe uma diferenciação que vai acontecendo depois de as famílias serem assentadas. Como existem muitos fatores econômicos que influem sobre o desenvolvimento dos assentamentos, alguns deles se desenvolvem de maneira mais rápida, enquanto outros progredem mais lentamente.

CM — Qual é o ideário cooperativista do MST?

Nossa política para a organização da produção, que chamamos de política de cooperação agrícola, estabelece, em primeiro lugar: que nós precisamos diferenciar a propriedade individual dos lotes (que pode ser familiar) da organização da produção em cima desta terra. Não necessitamos coletivizar a propriedade da terra para desenvolver formas de cooperação e de trabalho na produção agrícola. Segunda coisa: nós defendemos o princípio de que o desenvolvimento da produção agropecuária e o desenvolvimento social das famílias assentadas virão com maior rapidez se as famílias desenvolverem algum tipo de cooperação agrícola. Ou seja, no sentido clássico da palavra, se desenvolverem algum tipo de divisão do trabalho da produção agrícola, porque a divisão do trabalho aumenta a produtividade e a renda, acelerando o desenvolvimento agrícola e social dessas famílias. No entanto, entre a tese genérica de que é preciso desenvolver a cooperação agrícola e o fato de essa cooperação acontecer, há um imenso mundo de realidades. Nós dizemos que podemos desenvolver a cooperação agrícola (a divisão do trabalho na agricultura) aplicando inúmeras formas de cooperação que vão das mais simples, como os mutirões e a ajuda mútua entre famílias vizinhas, até a constituição de uma cooperativa de produção agropecuária, onde tudo é coletivizado, desde

a propriedade da terra, a construção das casas e a instalação de pequenas agroindústrias no interior das cooperativas.

Mas não se pode dizer que a forma de mutirão é mais atrasada que a cooperativa de produção, nem mesmo podemos dizer que a cooperativa de produção é o modelo ideal para a organização da produção nos assentamentos. O que o MST defende é que a forma de cooperação agrícola ideal para um assentamento depende basicamente da composição de dois fatores: as condições objetivas para se desenvolver a cooperação agrícola e das condições subjetivas. O que vai determinar a forma de cooperação agrícola viável num determinado assentamento são os recursos naturais disponíveis, o potencial de capital acumulado pelas famílias e o potencial de desenvolvimento da produção. Ora, se tivermos um assentamento distante dos mercados compradores, numa área com solo de baixa fertilidade e as famílias forem paupérrimas (com apenas enxadas e instrumentos rudimentares de trabalho), é óbvio que é impossível desenvolvermos uma cooperação agrícola de tipo avançado, como uma cooperativa de produção agropecuária, pois não existe base material para desenvolver tal forma coletiva avançada com esse tipo de agricultores.

A cooperação agrícola mais avançada só é possível quando há disponibilidade de capital social acumulado. Aliás, a forma de cooperativa de produção só se viabiliza do ponto de vista econômico quando conseguimos instalar uma agroindústria com ela. A agroindústria, sim, permite uma divisão mais ampla do trabalho. Obviamente, que para instalar uma agroindústria em um assentamento exige-se certo investimento de capital, certo volume de capital. Ora, se as famílias não possuem ou não têm acesso (via crédito) a esse capital, fica inviabilizada a instalação da agroindústria, bem como a implantação de uma cooperação agrícola de tipo avançado.

Uma outra condicionante refere-se às condições subjetivas, ao grau de consciência social, ao grau de cultura, ao padrão de conhecimento técnico agrícola que as famílias já possuem. Então, se as famílias não querem desenvolver formas associativas, se possuem um baixo nível de conhecimento técnico, se não querem desenvolver formas associativas, se a maioria é analfabeta, é impossível criar formas avançadas de cooperação. Por isso, quando as condições objetivas e subjetivas são adversas para o desenvolvimento de formas mais avançadas de cooperação agrícola, o MST procura desenvolver uma forma mais simples que, ao longo do tempo permita ir criando as condições necessárias para que haja um desenvolvimento, tanto da produção como do capital; aí, sim, brotam as condições para se desenvolverem outras formas de cooperação agrícola.

CM — A atuação do MST é mais fácil entre acampados do que entre assentados? Como o MST atua com os trabalhadores rurais, antes e depois da conquista da terra?

Não há nenhuma diferenciação entre o relacionamento do MST com acampados e com os assentados. O MST existe justamente para isso. Se o MST fosse apenas dos acampados não seria necessário um movimento amplo, porque aí a luta pela terra seria localizada. As famílias se organizariam para ocupar determinada fazenda e quando o governo a desapropriasse automaticamente estaria dissolvida aquela organização. Mas o MST existe e foi criado justamente para dar uma perenidade ao nível de organização dos trabalhadores rurais. E é por isso eles que continuam organizados no movimento. É por isso também que as principais lideranças do MST, mesmo já tendo sido assentadas, nem por isso abandonaram o MST. O caráter estratégico do MST está dado *justamente* por isso, pela situação em que nos vemos obrigados a discutir uma proposta de reorganização da produção agrícola, de organização dos assentamentos de um novo modelo de desenvolvimento.

CM — A Constituição (art. 189) diz que a propriedade privada e definitiva dos lotes de reforma agrária pode ser concedida ao seu beneficiário somente após ter permanecido nela por mínimo dez anos. Qual a melhor forma de propriedade para os assentamentos?

Não existe forma ideal de propriedade para os assentamentos. Existe muita polêmica sobre isso. Há (ou havia), especialmente no meio acadêmico brasileiro, ou por parte da esquerda, certa crítica à luta pela reforma agrária e aos assentados em geral. Dizia-se que eles apenas sonhavam com a terra para si e que, nesta perspectiva, ao sonhar com a propriedade da terra, não passariam de agricultores que desejavam ser pequenos burgueses; por isso, a luta pela reforma agrária era uma luta pequeno burguesa ou uma luta corporativa. A visão que o MST tem sobre esta questão é completamente diferente. Em primeiro lugar, na visão do camponês, o sonho de ter sua propriedade, a sua parcela da terra, tem um significado cultural muito mais amplo do que o sentido de acumulação. Costumo comparar isso com a visão que os operários têm da casa própria. Qualquer operário ou trabalhador urbano sonha em ter sua casa própria, que é uma espécie de condição mínima de sobrevivência ou de segurança pra sua família.

Quando um operário reivindica a casa própria, nenhum esquerdista passa a chamar este operário de “pequeno burguês”. Pois bem, para os camponeses, a idéia de ter sua terra aparece no imaginário ideológico

mais ou menos com o mesmo simbolismo. A terra tem um sentido muito mais de segurança para sua família, de futuro para seus filhos, de possuir um chão onde ele não é mais explorado.

Por outro lado, mesmo buscando a inspiração teórica dos clássicos, Marx foi muito claro quando descreveu o sentido da propriedade privada da terra. Ele disse que, se do ponto de vista ideológico, a propriedade da terra tinha uma natureza burguesa, no entanto, a propriedade privada da terra só adquiria um caráter capitalista se ela fosse utilizada como forma de exploração do trabalho de outro. Ora, quando o assentado quer a terra apenas para si ou para sua família, não existe aí, nem objetiva, nem subjetivamente, o caráter de que ele vai usar aquela propriedade para poder explorar e acumular o trabalho de outros seus vizinhos, ou de outros trabalhadores assalariados por ele. Feito este esclarecimento teórico, para nós do movimento, pouco importa qual é a forma jurídica que esta propriedade venha possuir.

Desse ponto de vista jurídico seria até mais seguro se os trabalhadores tivessem uma forma de propriedade que lhes desse segurança e que, ao mesmo tempo, evitasse o processo de concentração da propriedade. Poderia ser um concessão de uso coletivo com direito hereditário, pela qual os assentados não pudessem vender sua terra mas, ao mesmo tempo, nela pudessem se sentir seguros, nela pudessem fazer os investimentos; que seus filhos tivessem o direito à herança dela, mas que a mesma não pudesse ser transferida para outros, seja com objetivos especulativos, seja pela perda dessa propriedade pela exploração dos bancos ou do comércio.

Nós apresentamos esta forma de propriedade como uma proposta na Constituição de 1988. Infelizmente, os legisladores não aceitaram e estabeleceram a instituição do título definitivo após dez anos. Há, no entanto, uma brecha jurídica, que nós estamos aplicando, de acordo com a consciência dos assentados: é possível ter títulos coletivos destes assentamentos que, embora definitivos, representam uma segurança maior para os assentados, para evitar que, amanhã ou depois, ele perca seu lote para o banco, ou para algum especulador, ou para uma oferta irrecusável de algum fazendeiro vizinho, e assim por diante.

*CM — Como interpreta o movimento de camponeses de Chiapas?
Existem semelhanças com MST?*

A interpretação que o Movimento Sem-Terra dá para o movimento ocorrido em Chiapas é de que aquilo não é um movimento camponês. Chiapas é, acima de tudo, um movimento político, embora sua base social

seja de camponeses, e camponeses indígenas, aliás, o que lhe dá mais unidade. É o fato de serem mexicanos e de serem de uma etnia indígena que lhes amplia a unidade e que os unifica e os transforma em oprimidos iguais de uma política que é contra todos eles. Achamos que é difícil encontrar semelhanças entre o MST e o movimento de Chiapas.

Nós somos um movimento camponês que luta pela reforma agrária. Eles são um movimento político que organiza todo o povo de uma determinada região, buscando autonomia, a defesa da reforma agrária também mas, sobretudo é um movimento pela mudança do caráter do Estado e pela mudança da própria sociedade mexicana. Tem muito mais feições de um movimento de liberação nacional, ou um movimento popular político do que de um movimento de luta pela reforma agrária.

Nossa identidade maior com Chiapas é que eles se inspiram em Zapata — que foi um dos grandes líderes camponeses. Nós também temos em comum o fato de lutarmos pelos mesmos valores humanistas e socialistas a fim de construirmos uma sociedade diferente. Então, as identidades ou semelhanças são muito mais de natureza ideológica do que nas formas organizativas ou nos objetivos imediatos.

CM — O MST mantém contato com movimentos sociais de luta pela reforma agrária na América Latina?

O Movimento dos Sem-Terra, desde o seu nascedouro, criou, desenvolveu e alimentou uma identidade muito grande com os movimentos camponeses de toda América Latina. Isso por várias razões. Primeiro, porque nos outros países da América Latina existem movimentos camponeses muito mais fortes. Há diversos países onde os camponeses são a maioria da população, ao contrário do Brasil, onde somos apenas 23%. Portanto, os camponeses em muitos outros países (como o Peru, México, Colômbia, Guatemala Equador, Paraguai) têm um peso social muito maior do que no Brasil.

Segundo, porque a tradição de luta camponesa pela reforma agrária nestes países é muito maior, muito mais antiga, muito mais complexa e muito mais rica do que a experiência brasileira que, a rigor, remonta à década de 50, com o surgimento das Ligas Camponesas, com as Ultabs, dissolvidas pela ditadura militar. No resto da América Latina, temos movimentos camponeses de 50, 60 anos atrás. A revolução mexicana foi feita pelos camponeses em 1910 e, de lá para cá, sempre houve movimentos camponeses no México. Temos aí um movimento camponês com mais de oitenta anos de experiência! É por isso que sempre tivemos um olhar para o resto da América Latina e procuramos manter contato com estes

movimentos, trocar experiências, evidentemente respeitando as diferenciações, a autonomia de cada um. Dentro desta política de irmandade conseguimos finalmente compor, há três anos, ao nível da América Latina, uma articulação que reúne mais de 60 organizações camponesas de 23 países, no Congresso Latino-Americano de Organizações Camponesas (Cloc), com a finalidade de dar maior organicidade à própria articulação e ampliar a troca de experiências entre os movimentos camponeses latino-americanos.

CM — Você acha que a opinião pública brasileira sobre a reforma agrária realmente mudou nos anos 90, quando comparamos com a opinião dos anos 60 e 80?

É evidente que a opinião pública mudou. Há diversas pesquisas e até análises de institutos de opinião que refletem isso. Mas mais que quantificar quantos apoiavam antes e quantos passaram a apoiar essa luta (90 % da população brasileira apóia a reforma agrária), eu acho que o que mudou foi a qualidade desse apoio e o sentido ideológico do mesmo. Há vinte anos atrás, havia um sentimento generalizado na sociedade, que lutar pela reforma agrária era coisa de comunista; era, portanto, uma luta estigmatizada. Não que não fosse bom ser comunista ou que não fosse bom identificar reforma agrária com socialismo. É evidente que há esta identidade. Mas ela era colocada na sociedade brasileira de uma forma estigmatizada. Depois, nos anos 80, era vista pela sociedade, em geral despolitizada, como uma coisa do PT, ou de radicais de esquerda.

Nos últimos anos, a reforma agrária passou para o imaginário da população como uma coisa boa, como uma luta generosa, como uma luta justa e, sobretudo, como uma necessidade para a sociedade brasileira resolver os seus problemas. Sob esse aspecto, nós consideramos que houve um avanço muito grande sobre a forma como o povo comum vê a necessidade de uma reforma agrária.

É certo também que as lutas de massa do MST, a Marcha Nacional, até a novela “O rei do gado”, foram fatos sociais que contribuíram para que o debate sobre a reforma agrária atingisse toda a sociedade, mesmo aqueles cidadãos mais despolitizados, que estão marginalizados da luta política, que estão morando nas favelas, lá no interiorzão do Brasil. Isso é um avanço.

CM — Com este apoio popular, e com a atual organização política dos trabalhadores rurais sem terra, você acredita que a reforma agrária tornou-se uma proposta irreversível?

De jeito nenhum. A reforma agrária é uma luta de classes permanente. Assim como hoje há elementos positivos que indicam que podemos avançar, mais adiante estes elementos podem desaparecer e surgir fatos novos contra a reforma agrária e contra a luta dos trabalhadores. Foi isso que aconteceu durante a ditadura militar, quando houve um refluxo de todas as lutas populares.

Nós achamos que a reforma agrária, embora com todo este apoio popular, é uma luta agora muito mais difícil. Da forma como a concebemos e queremos a reforma agrária, ela só é possível e só vai se realizar se estiver casada com a luta por um outro modelo de desenvolvimento, com a reorganização de toda economia brasileira em função das necessidades populares.

É uma luta muito árdua, muito mais complexa do que simplesmente a desapropriação de alguns latifúndios e distribuição da terra. A reforma agrária é uma conquista que ainda está longe e que irá exigir muito sacrifício, muita luta e, sobretudo, muita perspicácia para conseguirmos fazer uma luta social mais ampla, que é pela mudança de modelo de desenvolvimento, pela mudança deste governo e por uma sociedade mais fraterna.